

Uma abordagem antropológica das políticas públicas de enfrentamento à violência na escola municipal do Recife

Warna Vieira Rodrigues

Secretaria de Educação/PCR

Palavras-chave: Políticas públicas, violência, escola

Introdução

Este artigo se inscreve numa linha de reflexão que explora o uso da pesquisa etnográfica com objetivo de analisar o processo real das políticas públicas de enfrentamento à violência na escola da Rede Municipal de Ensino do Recife.

As políticas públicas, igualmente designadas como ações do Estado, acontecem em múltiplos níveis de ação e decisão abrangendo diversas instâncias da administração pública. Contudo, percebemos que se por um lado temos a lógica e intenções de ações do Estado na perspectiva de intervir numa realidade social, por outro lado, temos saberes, práticas e autonomia frente a essas ações conduzidas a partir das múltiplas interpretações e estratégias estabelecidas pelos atores sociais envolvidos no cotidiano da escola. A forma como esses atores pensam e agem sobre essas intervenções, o impacto e suas implicações, são as dinâmicas do processo real.

Essa proposta de análise do processo real se opõe ao modelo predominante no qual as políticas públicas são definidas como um processo sequencial isolado que se desenvolve por etapas: formação da agenda, formulação da política, tomada de decisão, implementação e avaliação (HOWLETT; RAMESH, 2013). Desse modo, essa investigação não se reduz a avaliar o funcionamento do sistema político, mas a lógica da ação pública, as continuidades e rupturas nas políticas públicas, as percepções e estratégias de funcionamento por parte dos atores sociais de grupos específicos atuando em diferentes circunstâncias e implicados na prática dessas ações num espaço pleno densa sociabilidade e tensões.

A escola pública é um espaço institucional emblemático do regime democrático e republicano. É responsável pelo processo de ensino e aprendizagem de conteúdo, de formar e desenvolver o indivíduo em seus aspectos cultural, social e cognitivo. É um ambiente repleto de situações contraditórias, é cenário e gerador de diversas formas de violência. Se por um lado a escola educa, qualifica, valida, seleciona, por outro lado,

desqualifica, marginaliza, exclui (Martinez, 1996). Inúmeros são os tipos de violência que ocorrem e que são identificados no espaço escolar, no momento estou propensa a compreender as dinâmicas envolvendo o enfrentamento à violência que é regulada pelo Estado.

A proposta inicial de pesquisa para compreender o processo real das dinâmicas políticas consistia em acompanhar atividades relacionadas ao tema, em espaços educacionais, além de realizar entrevistas com responsáveis diretos e indiretos pelo funcionamento dessas políticas nas escolas.

Porém, com o surgimento da pandemia da Covid-19, a Prefeitura da Cidade do Recife, no início do mês de março de 2020, adotou medidas necessárias para fins de prevenção. A suspensão das atividades nas escolas foi uma delas. Consequentemente, além da continuidade de observação participante nos espaços onde acontecem as atividades propostas para o enfrentamento à violência, as demais entrevistas agendadas com professores, gestores, técnicos responsáveis pelo funcionamento dessas políticas das Secretarias, foram canceladas.

Percursos e percalços de uma etnografia das políticas públicas

Ao realizar uma revisão inicial da literatura sobre a temática da violência na escola, constatei que não são escassas as produções acadêmicas brasileiras que versam sobre o tema. Na página do Ministério da Educação, precisamente no Portal do Professor, está disponível um levantamento panorâmico dessas produções, no período de quase três décadas, de 1980 a 2009. O autor dessa pesquisa, Edilberto Saste (2011), demonstra que inúmeros são os trabalhos acadêmicos sobre diversos fenômenos agrupados na categoria violência na escola. Contudo, das 265 produções investigadas, a Antropologia não consta na tabela de publicação por área de conhecimento sobre a temática. Provavelmente, está inserida na opção denominada “outros”, que agrupa diversas áreas sem expressividade estática. É na área da Educação e da Psicologia que se concentram o maior número de produções. Entretanto, indiscutivelmente, a publicação pela UNESCO do livro *Violências nas Escolas* (2002), resultado de pesquisas, preponderantemente, sociológicas, desenvolvidas nas áreas urbanas de algumas capitais do Brasil, é referência no debate sobre o enfrentamento desse fenômeno.

Em número bem mais expressivo, encontramos na Antropologia diversas publicações cujo tema versa sobre as ações do Estado, especificamente, sobre políticas públicas. Vários autores apontam que o interesse da disciplina pela política existe desde os primórdios da disciplina, pois o estudo de “sociedades e relações sociais é estreitamente ligado à temática das relações de poder.” (Kuschnir, 2007). Ainda assim, na trajetória da disciplina,

etnografar de maneira sistemática os impactos e a eficácia das ações da administração pública sobre os segmentos sociais que incidiam, ou de tomar ações do Estado como objeto de pesquisa é uma prática recente”. (SOUZA LIMA; CASTRO, 2015).

Os antropólogos Souza Lima e Macedo de Castro (2015) afirmam que no “horizonte das pesquisas antropológicas, o tema das políticas públicas não tem gozado de maior prestígio na hierarquia dos seus objetos legítimos de pesquisa”, contudo, o volume de produções acadêmicas sobre as práticas do Estado vem crescendo no campo antropológico. Schuch, Victoria e Batista da Silva (2018) destacam uma análise antropológica das ações do Estado a partir da interseção com os debates promovidos por outras disciplinas, numa perspectiva transversal.

Parto da premissa que realizar o trabalho de pesquisa etnográfico implica que o objeto de pesquisa não é um dado em si, é uma construção que busca a compreensão das diversas mediações que operam no processo que caracterizam as políticas públicas de enfrentamento à violência. Em vista disso, iniciei a pesquisa acompanhando formações para professores cuja temática está vinculada a violência na escola.

A minha função enquanto técnica-pedagógica, em um centro de formação de educadores da prefeitura do Recife, possibilitou acompanhar atividades não apenas promovidas pela Secretaria de Educação (SE), como também por outras instituições parceiras. Conhecida como Escola de Formação de Educadores Professor Paulo Freire, esse espaço converge diferentes segmentos profissionais que atuam na rede pública de ensino, muitos são os encontros calorosos, histórias vividas e compartilhadas. Nesse primeiro contato com professores, fora do espaço escolar, ouvi relatos acerca das dinâmicas do processo real.

Apresento, então, uma versão resumida do que me foi narrado com preciosos detalhes pela professora que geriu uma situação de tensão envolvendo duas crianças de aproximadamente 8 anos.

Após um instante de gritaria por parte de seus estudantes, a professora constatou que Marquinhos estava com o seu calção “ensopado de sangue”. Após averiguação, Luíza foi apresentada pelos colegas como a responsável pelo ferimento no “fazedor de pipi” de Marquinhos. Numa reação na qual René Girard (2009) nomearia, certamente, como reciprocidade mimética da vingança, a estudante após ser chamada de “macumbeira”, se dirigiu por baixo da cadeira onde Marquinho estava sentado e o feriu com um lápis. Como a professora evidenciou, não tinha como relativizar a situação, pois, a bermuda muito suja de sangue não corroborava com a versão que foi, simplesmente, uma disputa entre colegas. Os responsáveis pelas crianças envolvidas foram convidados a participarem dos esclarecimentos. A professora perguntou a Marquinhos se ele sabia o que significava “macumbeira”, laconicamente, Marquinhos respondeu: “sei não, professora”. Para consolação da professora, que temia que o ocorrido tomasse outras proporções, e surpresa de todos, a mãe de Marquinhos se pronunciou demonstrando compreensão: “Meu filho errou, ele não tinha que provocar Luíza”. Com receio que o fato precisasse envolver outras instâncias fora da unidade de ensino, o conselho tutelar, por exemplo, a professora se certificou: e o pai de Marquinhos? A mãe prontamente respondeu: “Não se preocupe, eu falo com ele”.

Num “suspiro aliviado” a professora comenta que a mãe de Marquinhos se comportou exemplarmente. Mas, após contar o episódio, não se conteve em fazer comparações: “os alunos daqui (no bairro do Bongi¹) são bem diferentes dos alunos da outra escola (no bairro do Ibura²), Aqui, eles falam muito alto, no recreio sempre tem crianças fazendo bullying com as outras, são mais violentos. É bem diferente”. Por fim, ela respondeu a minha questão: “O trabalho com os projetos de combate à violência na escola é outra coisa.”

O fato relatado não foi categorizado no complexo conjunto de fenômeno contemplado pelas políticas públicas em que designamos, genericamente, como violência. (RIFIOTIS, 1996). Os programas de enfrentamento à violência na escola

¹ Bongi – Localizado na zona oeste do Recife, Distância do Marco Zero (km): 5,34

² Ibura - Localizado na zona sul da cidade, Distância do Marco Zero (km): 9,14

promovem discussões, debates, diversas atividades são apresentadas de maneira segmentada, por vezes sem conexão direta com a complexa realidade do espaço escolar.

Após contato inicial, fui ao alvo empírico principal, a escola, instituição que se dedica ao processo de ensino e aprendizagem, com o objetivo de formar e desenvolver o indivíduo em seus diversos aspectos. Apesar de se apresentar como um dos pilares emblemáticos de um regime democrático, a escola é palco de fenômenos sociais densamente imbricados, e contraditórios. Mas, também é o espaço onde há convergências das ações voltadas ao enfrentamento das instituições parceiras imbuídas de neutralizar, inibir a violência.

Foi necessário identificar as condições que levariam a destacar a escola como campo de pesquisa. Neste primeiro momento, usei como critério a escola com maior número de ocorrências de programas, projetos e ações de enfrentamento à violência. Visitei a Escola Municipal Costa Porto, localizada no bairro Ilha de Joana Bezerra³. No ano passado, a escola era apontada pelos técnicos pedagógicos como uma unidade preocupante, apesar dos programas e projetos realizados na unidade de ensino há mais de três anos. Esse encontro favoreceu delinear um cenário inicial da pesquisa etnográfica.

Ponderações sobre os dados preliminares

A escola se caracteriza pela pluralidade de normas e complexidade de situações, assim um espaço de conflito de interesses, de significados, de retóricas, de afetos mobilizados em torno das intervenções governamentais. O objeto são as dinâmicas do processo de configuração e reconfiguração de um conceito de violência, posto pelos programas e projetos das políticas públicas, através de alianças entre os atores sociais envolvidos diretamente com essas ações do Estado.

Para Bourdieu (2014) a escola não é socialmente neutra, desenvolve a noção de violência simbólica a partir dos mecanismos de reprodução das desigualdades sociais na escola, em termos da cultura dominante e seus códigos. Considerando a noção de *habitus*, podemos perceber a escola como princípio mediador de correspondência entre as práticas individuais e as condições sociais de existência. O indivíduo pertencente a uma determinada categoria (estudante, professor, gestor, técnico), portanto, percebe o mundo

³Ilha Joana Bezerra Localizada próxima ao centro da cidade. Distância do Marco Zero (km): 2,89 – Apresenta o pior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da cidade, em 2020.

a partir do seu *habitus*, do sistema de representação que se socializa, e que o define também como indivíduo.

Para Norbert Elias (2004), *as relações sociais são explicadas como uma teia de complexas interdependências criada pelas interações humanas entre “eu” e o “tu”, entre o “nós” e o “eles”, entre indivíduos diferentes e/ou iguais, em constante dinâmica geradora de fenômenos. Assim sendo, não se trata de pensar em relações sociais estáticas, mas de considerá-las sempre em desenvolvimento, nem tampouco considerar ações sociais como individuais, pois o indivíduo deve ser inscrito dentro de uma rede de relações nas quais reconfiguram conceitos complexos como o de violência e escola.*

A noção de violência segue uma certa representação espacial se submetendo a apreciação e categorizada em níveis de gravidade conforme negociações. Na unidade de ensino é determinado quais ocorrências vão ou não ser encaminhadas para conhecimento e resolução em instituições fora dos muros da escola. Poderia, assim, desenhar o campo de pesquisa em três esferas específicas: Aqui, ali e um pouco mais longe.

O aqui refere-se ao espaço físico da escola, onde as dinâmicas das ações são densas e palco de inúmeras forças políticas, de conflitos e de intensas negociações. O ideal é que os fenômenos de sociabilidade sejam geridos na sala de aula. A professora, ao convocar a gestão escolar para solucionar situações de conflito, fica caracterizada a gravidade do ocorrido, portanto, a hierarquização do fenômeno. Normalmente, a gestão escolar é composta por um diretor, vice-diretor e coordenação pedagógica. Oficialmente, são esses os responsáveis pela normatização, pelas ações e práticas do governo. A negociação das normatizações perpassa por diversas situações de interpretação, adesão e, por vezes, exclusão dessas normatizações.

Outra esfera a ser considerada como espaço de articulações, “se encontra logo ali”, é o conselho escolar, cuja função é fiscalizadora. O conselho é formado por representantes de diversas categorias: pais de estudantes, liderança da comunidade, funcionários, professores e a gestão. No conselho, além da aprovação do orçamento, os conselheiros referendar ou desaprovar encaminhamentos propostos pela gestão escolar. Ao questionar uma diretora sobre o papel do conselho, ela respondeu de forma direta e concisa: “O conselho fortalece a autoridade e autonomia da gestão. Por isso, é importante trabalhar em sintonia, pois, eles também podem atrapalhar.”. É no conselho que se resolve se o ‘problema’ seguirá para instâncias superiores.

“Um pouco mais longe” agrupa as instituições que estão responsáveis por ações de enfrentamento à violência no cotidiano escolar. O Núcleo de Enfrentamento à Violência Escolar (NAVE), criado pela Secretaria de Educação (SE) em 2016 e tem como principal finalidade “colaborar com a formulação, implementação e avaliação de políticas públicas de enfrentamento à violência e ao uso de drogas nas escolas municipais”. O NAVE é fruto dos desdobramentos das ações afirmativas do município, como também a efetivação do Programa de combate à intimidação sistemática (Bullying). A atividade principal desse Núcleo é a articulação com outras entidades governamentais parceiras para colocar em prática ações de combate à violência.

Se num primeiro momento estava interessada em revelar o circuito desse conceito nas políticas públicas de combate à violência, logo me dei conta da complexidade da tarefa. O nome violência surge como um termo genérico num processo homogeneizante para todo tipo de fenômenos sociais, induzindo a uma simplificação quanto às suas possíveis causas (RIFIOTIS, 1996).

As ações do Estado é um tema convergente de interesses nas Ciências Sociais, apesar de abordagens distintas, os entrelaçamentos e perspectivas de análises são fronteiriças. Mas, certamente, o enfoque proposto pela Antropologia vai além de uma perspectiva meramente normativa para analisar as políticas públicas. Seu interesse são as práticas cotidianas, suas condições de surgimento, suas estratégias de realização e seus impactos. Ao citar Malinowski, Shore (2010) nos lembra que existe uma disparidade sistêmica entre o que as pessoas pensam que fazem, o que dizem que fazem e o que na verdade fazem.

Neste sentido, Maluf e Andrade (2017). afirmam que *“para além das leis, dos textos e documentos, o Estado é também o que se produz no plano do que fazem seus agentes, que no lugar de serem a penas executores das políticas públicas são também aqueles que, em suas práticas cotidianas, reinventam a política”*.

Considerações finais

Ao iniciar a pesquisa o foco principal era revelar o circuito do conceito de violência nas políticas públicas de combate à violência na escola, mas logo me dei conta da complexidade da tarefa. Ao analisar as ocorrências passíveis de observação e os diálogos com os atores sociais de diversas instâncias da Secretaria de Educação percebi

que há uma decalagem entre o conceito de violência forjado pelos agentes estatais, posto nas políticas públicas, e os fenômenos sociais denominados e identificados como violência na escola.

O termo violência manifesta-se como um termo genérico num processo homogeneizante para todo tipo de fenômenos sociais, induzindo a uma simplificação quanto às suas possíveis causas (RIFIOTIS, 1996). Não seria diferente ao pensar a respeito das políticas públicas de combate à violência na escola. Em relação ao entendimento do termo violência, o seu campo semântico é abrangente, e utilizado para designar esses fenômenos nas diversas formas e significados. Por vezes, o seu uso está atrelado a um sistema de classificação hierárquica e de atribuição de valor negativo na identificação de espaços da cidade onde as escolas estão localizadas. Para Abramovay (2005), suas representações, suas dimensões e seus significados passam por adaptações à medida que as sociedades se transformam. A dependência do momento histórico, da localidade, do contexto cultural e de uma série de outros fatores lhe atribui um caráter de dinamismo próprio dos fenômenos sociais.

Via de regra um evento de violência pode ser caracterizado em mais de um tipo, *“designá-lo constitui uma sinalização política dos questionamentos e as ações e reações que ocorrem em torno desse evento.”* (SCOTT; CORDEIRO, 2009). Esses fenômenos sociais intensamente imbricados estão presente na escola, que não é mais idealizada como uma “ilha de tranquilidade”. Ao contrário, é percebida como espaço de múltiplas tensões e reprodutora de situações de desigualdade.

A análise dos dados, proveniente das situações no ambiente escolar e as interlocuções preambulares com os atores sociais, aponta para o uso do termo violência atrelado a um sistema de classificação hierárquica e de atribuição de valor negativo. Portanto, a violência é uma construção social passível de negociação, fazendo parte do processo de sociabilidade humana (HÉRITIER, 2003). Esse conjunto de fenômenos sociais é entendido de diversas formas, por vezes, é hierarquizado, possuindo um sistema de classificação que orienta a nossa percepção.

As ações do governo são, portanto, resultados de *“uma atividade sociocultural”* e que estão *“profundamente imergidas nos processos sociais cotidianos, nos ‘mundos de sentido’ humanistas, nos protocolos linguísticos e nas práticas culturais que criam e sustentam esses mundos”* (SHORE, 2010). Essas ações são moldadas a partir de contextos de poder característicos, ideológicos, com interesses e objetivos concretos e imersos em

sistemas de pensamento definidos. Da mesma forma, as políticas públicas podem ser interpretadas quanto aos seus efeitos (o que produzem), como produzem as relações que criam e aos sistemas de pensamento mais amplos nos quais estão imersas (SHORE 2010). Através das políticas públicas se articulam discursos hegemônicos que legitimam as práticas dos governos e de quem está no poder. Contudo, o espaço social é um campo de *articulações das ações de governo e ações de seus supostos destinatários, ou seja, as formas pelas quais os destinatários as reconfiguram, a elas resistem ou aderem.* (SOUZA LIMA, A. C.; CASTRO, 2015).

O propósito inicial da pesquisa estava atrelado a uma Antropologia preocupada com questões locais, questões de ordem política, na perspectiva de fomentar reflexões para subsidiar políticas públicas que respondam de fato às necessidades dos destinatários. A interrupção do trabalho etnográfico possibilitou uma análise tênue da minha proposta inicial, mas revelando pistas significativas para a continuidade da pesquisa.

Referências bibliográficas

ABRAMOWAY, Miriam; RUA, Maria das Graças. (Coord.). Violências nas escolas. Brasília: UNESCO, 2002. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ue000093.pdf>. Acesso em: 13 março 2019.

ARENDRT, H. 2004. Da Violência. Publicações Livres. 2004
<http://pavio.net/download/textos/ARENDRT,%20Hannah.%20Da%20Viol%C3%Aancia.pdf>. Acesso em 5 de agosto de 2019.

BEVILÁCQUA, C. & LEIRNER, P.de C. Notas sobre a análise antropológica de setores do Estado brasileiro. Revista de Antropologia, São Paulo, USP, 2000, V. 43 nº 2, 105-140.

BOURDIEU, Pierre. Sobre o Estado. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

CASTILHO, S.; LIMA, A.; TEIXEIRA, C. (Orgs.). Antropologia das práticas de poder: reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações. Rio de Janeiro : Contra Capa; Faperj, 2014.

CROZIER M. & FRIEDBERG E., 1977, L'acteur et le système, Editions du Seuil, Paris

FONSECA, C.; SCALCO, L. Mury and CASTRO, H. C. de. Etnografia de uma política pública: controle social pela mobilização popular. Horiz. antropol. [online]. 2018, vol.24,

n.50, pp.271-303. ISSN 0104-7183. <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-71832018000100010>. Acesso em 23 de abril 2019.

_____; SCHUCH, P.. Políticas de Proteção a Infância. Um Olhar Antropológico. UFRGS Editora. 2009. 316 pp. Article · December 2017

GIRARD R. Descrição da Teoria Mimética. 2009. <http://renegirard.com.br/blog/?p=585> . Acesso em 15 de julho de 2019.

HÉRITIER, F. Les fondements de la violence. Analyse anthropologique. Mélanges de l'école française de Rome. 2003. pp. 399-419. https://www.persee.fr/doc/mefr_1123-9891_2003_num_115_1_10004 . Acesso em 2 de janeiro 2019.

HOWLETT, Michael; RAMESH, M; PERL, Anthony. Política Pública: seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integral. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

LÉVI-STRAUSS, C. Apólogo das Amebas. <https://doi.org/10.5007/2175-8034.2018v20n2p207>. Acesso em 2 de fevereiro de 2019

MALUF, S.; ANDRADE, A. P. M. de. Entre políticas públicas e experiências sociais: impactos da pesquisa etnográfica no campo da saúde mental e suas múltiplas devoluções. Saude soc. [online]. 2017, vol.26, n.1, <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-12902017168331>. Acesso em 4 de agosto de 2019.

MARTINEZ, M-L.. Contribution à l'étude de quelques concepts pour une anthropologie relationnelle de la personne en philosophie de l'éducation. 1996. Tese (Doutorado em Filosofia) Université de Paris III – Sorbonne. Paris. <https://journals.openedition.org/trema/530>. Acesso em 4 de dezembro de 2018.

MELO, Marcus André. (1999), "Estado, governo e políticas públicas", in Sergio Miceli (org.), O que ler na ciência social brasileira (1970-1995): Ciência Política, São Paulo/Brasília, Sumaré/Capes.

PALMEIRA, M. & BARREIRA, C. (orgs.). Política no Brasil: visões de antropólogos. Rio de Janeiro, Relume Dumará/NuAP/UFRJ, 2006.

RAMÍREZ, María Clemencia. La antropología de la política pública. Antípoda, Bogotá. <http://www.redalyc.org/pdf/814/81415652002.pdf>. Acesso em 10 de março.

SASTRE, Edilberto. Panorama dos estudos sobre violência nas escolas no Brasil. Portal do Professor. <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000015503.pdf> . Acesso em 16 de março 2019.

SCOTT, R. P. ; CORDEIRO, R. L. M. . Violência, família e escola na busca de redes de apoio e direitos. In: Parry Scott; Liana Lewis; Mation Teodósio de Quadros. (Org.). Gênero, diversidade e desigualdades na educação. 2009. Editora Universitária UFPE. Recife. https://www.ufpe.br/documents/1016303/1020379/gnero+diversidade+e+desigualdade+na+educa_o.pdf/fdda0d28-41f4-4145-bb34-e0013193a9cb. Acesso 10 em agosto 2019.

SHORE, C. La antropología y el estudio de la política pública: reflexiones sobre la formulación de las políticas. Antípoda, Bogotá, n. 10, p. 21-49, ene./ jun. 2010. Acesso em 4 de agosto de 2019.

SOUZA LIMA, A. C.; CASTRO, J.P.M. e. Notas para uma Abordagem Antropológica da(s) Política(s) Pública(s). 2015. <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaanthropologicas/article/viewFile/23968/19471>. Acesso em 10 de março de 2019

SCHUCH P., VÍCTORA, CG. SILVA, SB. As políticas de inclusão como problemática de engajamento antropológico - Horizontes ..., 2018 - journals.openedition.org. <https://journals.openedition.org/horizontes/1863#authors>. Acesso em 16 de março de 2019

RIFIOTIS, T. Dilemas éticos no campo da violência. Revista da USP. São Paulo. 1998. <http://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/36823/39545>. Acesso em 10 de março de 2019.